

3ª Conferência

A capacidade crítica da fé

As duas primeiras conferências se ocuparam em empreender um certo diagnóstico da piedade luterana que nos marcou a todos nós. Partimos da seguinte e dolorosa pergunta: Por que nossa forma de cristianismo nos capacitou tão pouco para enfrentar desenvolvimentos perigosos na sociedade? Como foi possível – perguntávamos, utilizando um exemplo próximo – que um Hitler tomasse as rédeas em nosso país, onde, naquela época a maioria da população confessava a fé evangélico-luterana? Por que as pessoas não se defenderam, em tempo e de modo decisivo, contra o mal que vinha de cima?

Esse ponto de partida fez com que não visualizássemos tanto os feitos positivos do luteranismo. No entanto, de permeio, mencionamos alguns. Dissemos, por exemplo, que o ser fiel aos deveres recebidos e o ser digno de confiança são virtudes que caracterizam o cristão luterano no seu dia-a-dia. Estas são virtudes muito importantes, sem as quais nenhum trabalho de libertação seria possível. Mas são, por assim dizer, virtudes “secundárias”. A pergunta primordial é: Para que são elas utilizadas? Afinal, a gente pode executar seu serviço com pontualidade e com fidelidade aos deveres recebidos, tanto na estrebaria, quanto no escritório ou no porão de torturas. Através do cumprimento incansável do dever pode-se não apenas zelar pelo bem-estar de sua família, mas também, por exemplo, cooperar para que um Hitler prolongue ainda mais sua devastadora guerra.

De fato, o que importa em primeiro lugar é: para que são empregadas tais virtudes? Isso significa, porém, que o cristão precisa, antes e mais urgentemente, de outras capacidades, sobretudo da capacidade de reconhecer claramente o que está sendo feito com ele e para que se pretende usá-lo. Por exemplo: Quem é que tem interesse em que os cristãos sejam a-políticos? Quem é que prefere – e por que razão? – que eles não pensem além do seu horizonte cotidiano? E a quem serve o estado geral da sociedade, assim como aí está? Quem tem proveito dele? Quem lucra com ele? E: Quem sofre debaixo dele?

Perguntar assim, e fazê-lo insistentemente, é uma das virtudes “primordiais” de que necessita o cristão. Na Bíblia, são

principalmente os profetas que no-la demonstram. Eles não se deixam enganar. Eles chamam o direito de direito e a injustiça de injustiça, não só em casos isolados, mas também no tocante à situação econômica geral do seu país. Se chamarmos essa virtude de capacidade de crítica, então estamos a lamentar que no cristianismo, especialmente no de cunho luterano, se tenha atrofiado a capacidade de crítica dos profetas.

Durante minha atividade como professora de ensino religioso, fiz às vezes o seguinte teste: Numa classe de alunos mais velhos, escrevia a palavra "crítica" no quadro e pedia aos alunos que explicassem o que entendiam sob esse conceito. As respostas eram desconcertantes: Com uma única exceção, os jovens encaravam "crítica" como algo negativo! "É o mesmo que reclamação, querer saber melhor do que os outros, insatisfação, pessimismo", foram coisas que ouvi, aliadas aos atributos "destrutivo" e "orgulhoso". Quando, então, escrevi no outro quadro a palavra "acrítico", e perguntei se pensavam que isso seria uma coisa boa, começaram a se admirar. A tal ponto repercutiu na Alemanha a circunstância de as pessoas se terem desacostumado a colaborar criticamente na moldagem da sociedade!

"Crítica" significa, numa tradução verbal, capacidade de discernimento. E o dom de "discernir" os espíritos não é um dos principais dons do Espírito Santo, no NT? E também o de provar o que é o melhor (Fp 1,9) e o que edifica para o futuro (1 Co 10,23) e o que não o faz?

Houve uma época, na Europa, em que as pessoas começaram a colocar esse tipo de pergunta. Começaram — valendo-nos de uma formulação da Kant — a procurar "uma saída da imaturidade em que se encontravam por sua própria culpa". Isso foi no século XVIII, o século do Iluminismo. No final desse processo surgiu, na França, a auto-libertação da burguesia, através da grande revolução. Juntamente com a idéia da libertação impôs-se também a idéia da auto-determinação: os cidadãos tomaram a si a tarefa de re-moldar a sociedade.

Não é nossa intenção entrar aqui em detalhes sobre a história da Revolução Francesa, também não sobre seus desvios, retrocessos, etc. O que pretendemos, nesta parte da conferência, é pesquisar como a confissão luterana marcou o caráter popular alemão. E, neste tocante, é importante salientar dois pontos:

1º) Houve fortes correntes no luteranismo alemão que saudaram e fomentaram ardorosamente as idéias do Iluminismo. Tratava-se sobretudo de uma auto-libertação intelectual da supremacia da dogmática eclesial. Afinal, aquele foi, entre outros, o século no qual iniciou a pesquisa científica da Bíblia. Cito apenas o nome do poeta Gotthold Ephraim Lessing, o qual deu a público os

fragmentos de Wolfenbuettel, que contêm primeiras tentativas histórico-críticas. O interesse seu e de outros pensadores do iluminismo alemão não era o de, com isso, combater o cristianismo; pelo contrário, queriam libertá-lo, e se sabiam, com isso, perfeitamente dentro da tradição de Lutero. Lessing foi o autor das seguintes palavras, dirigidas a dogmáticos zelosos: "Lutero, ó grande e mal compreendido homem! E quem menos te compreende são os míopes cabeçudos que, com tuas pantufas na mão, vageiam pelo caminho que abriste, aos berros, mas indiferentes! Tu nos salvaste do jugo da tradição: quem nos salvará, finalmente, do jugo da letra, que é ainda mais insuportável!"

2º) A partir daqui, ou seja, a partir do empenho pela maturidade e liberdade intelectual, poder-se-ia ter desenvolvido também uma compreensão pela liberdade burguesa da democracia. Num sentido amplo, isso não aconteceu, o que tem muitas razões. Entre elas, a seguinte: Em alguns estados alemães importantes, como no Reino da Prússia, existia justamente no século XVII uma monarquia relativamente "iluminada" (esclarecida) e tolerante. Além disso, de modo geral, o senso de liberdade política do alemão era bem menos desenvolvido do que o de liberdade científica, fato que se deve, entre outros, à tradição luterana, que via o senhor territorial como autoridade intocável, estabelecida por Deus.

E, mesmo assim, o "perigo" de que o espírito democrático se manifestasse na população parece ter sido bastante grande; "perigo" aos olhos dos senhores territoriais. É interessante ler o que estes escreviam, uns aos outros, quando se encontravam entre os da mesma espécie. Existe uma carta do ano de 1804, dirigida pelo rei prussiano Friedrich Wilhelm III ao seu caro primo, o czar da Rússia. Nessa carta, anuncia o rei que está prestes a enviar ao czar uma delegação de músicos e teólogos, a fim de que estudem a maravilhosa música sacra da igreja ortodoxa russa, trazendo de lá impulsos para casa. Acontece que ele, o rei da Prússia, teria em mente introduzir obrigatoriamente nos cultos luteranos de seu país música sacra que fosse tão linda quanto possível. E por quê? Bem, imaginamos naturalmente que seria para a maior glória de Deus. Ledo engano. Ou seria para alegria das pessoas que tiveram que passar a semana inteira trabalhando duro? Engano ainda maior. Sua intenção, assim escreve o rei, era a de "acorrentar os membros das comunidades aos cultos, e assim solapar de antemão qualquer pensamento revolucionário e perigoso." Esta é uma citação verbal. Em outro ponto da carta é dito que a liturgia seria para a comunidade o mesmo "que a parada para o exército", ou seja, ela faz com que acertem o passo.

Teríamos ouvido direito? A música, essa música sacra maravilhosa da igreja luterana, que todos amamos e que soa

também aqui, cada dia e de todos os cantos – deveria ela sua expansão à introdução obrigatória por um rei prussiano, que com isso perseguia objetivos políticos? A comunidade tem que ser disciplinada (“parada”), contudo, de preferência não através de pressão vinda de cima, que poderia facilmente desencadear contra-pressão, mas através da harmonia e da melodia. Estas deviam ser ópio para o povo, no sentido mais literal. Queiram observar o verbo empregado pelo rei; ele fala em “acorrentar”, em acorrentar a comunidade ao culto pela música. Para que não lhe venham pensamentos democráticos...

Nos tempos que se seguiram o rei demonstrou que estava levando muito a sério sua tentativa de acorrentar o povo à igreja. Quando determinou que cada comunidade evangélica da Prússia empregasse um músico ou, caso não conseguisse mantê-lo, que empregasse um professor capaz de assumir em tempo parcial a direção do trabalho de música sacra – quando determinou isso, foram levantadas objeções de caráter financeiro. O rei ordenou, porém, que sua vontade devia ser cumprida a qualquer custo e anunciou a aplicação de penas, principalmente em dinheiro, se dentro de determinado prazo a música sacra não tivesse sido introduzida.

Estou certa de que vocês não me entenderão mal. Naturalmente não estou dizendo absolutamente nada contra a música na igreja, pelo contrário. Só que também aqui é preciso perguntar para que deve ela servir.

O rei fez ainda mais. Numa reforma do manual de cultos, no qual ele próprio trabalhou durante anos, estabeleceu uma forma uniforme de culto para toda a Prússia (em toda parte, o mesmo passo), e isto, seguindo o padrão do século XVI. Antes, especialmente no século do Iluminismo, haviam surgido muitas formas mais livres do culto evangélico – o que, é claro, também produziu alguns frutos bastante curiosos; em comunidades pietistas, a liturgia luterana que, na sua essência, ainda seguia o transcurso da missa católica, tinha desaparecido em parte totalmente. Agora, o rei determinava que tudo deveria ser feito assim como os “divinos reformadores” tinham instituído; não podia continuar acontecendo que “todo e qualquer sacerdote queira vender suas idéias impensadas”. Portanto, liturgias de uma época não correspondem à fé e à experiência das comunidades dessa própria época; o que vale é o compromisso rigoroso com a liturgia do século XVI. Da Prússia essa reforma do manual de cultos passou para outros estados alemães. Pastores que se desviassem dessa ordem eram ameaçados de prisão; ainda 50 anos mais tarde um deles teve que fugir, por isso, para a América do Norte.

Acorrentar. fazer entrar na cadência. prender ao passado –

por sinal, contra a objeção de teólogos importantes como Schleiermacher, que por causa desta questão quase perdia sua cátedra – que fez o rei, com isso, à sua igreja? Observando-se uma imagem exatamente oposta, percebe-se com maior clareza o que aconteceu: Onde sucede que comunidades cristãs se situam ativas e vivamente dentro do seu presente, politicamente bem despertas, impulsionando energicamente transformações que se tornam necessárias – onde isso acontece, surgem novos cultos de uma beleza e criatividade de causar admiração. Penso no “movimento de base” em nossos dias, na Holanda, cujas comunidades trabalham em conjunto, política e teologicamente, transpondo os seus limites confessionais. No terceiro grande passo que haveremos de dar nesta série de conferências, falaremos mais sobre isso. Naquelas comunidades não há disciplinamento, lá os adultos filhos de Deus celebram, e criam também sua própria música nova. O que não significa que desprezem a antiga. O culto serve para que se encontrem a si próprios, como cristãos, e serve para se comunicarem mutuamente diante do seu Deus, assim como para sua procura por caminhos, através dos quais Cristo possa tornar-se realidade hoje. Esta fonte de liberdade e força conjunta permaneceu entupida para as comunidades luteranas da Alemanha; elas estavam e ficaram amarradas à tradição.

Vocês, como pastores e futuros pastores, não cairão no engano de pensar que me delonguei demasiadamente num tema secundário e insignificante. O culto é o coração da comunidade, e como ele for, assim será também a comunidade. Ela será e permanecerá “de ontem” (= retrógrada) se o seu culto for “de ontem”; ela haverá de transformá-lo, de torná-lo novo e palpitante, se quiser obter força dele, como grupo de cristãos, ativo na atualidade.

Poderia ser, porém, que vocês, tenham, por uma outra razão, a impressão de que não se está falando aqui de algo que seja bem o seu assunto. Poderia ser que o culto luterano em sua forma tradicional, assim como seus antepassados o trouxeram da Alemanha, quando de sua imigração, tenha para vocês um sentido bem outro do que para nós. Talvez seja uma parte de sua identidade cultural neste país, no qual tantas culturas se mesclam. Esta questão, assim como a pergunta sobre como vocês se colocam hoje como cristãos diante disso, seria um aspecto de grande interesse para mim; contudo, preciso deixá-lo para a discussão, uma vez que naturalmente nada sei sobre ele. Façam com que nós, na velha Europa, fiquemos sabendo mais sobre os problemas que vocês têm na América Latina, também no campo da identidade cultural. Quanto a mim, preciso retornar mais uma vez, pela última vez, aos reis prussianos e seus colegas, os senhores territoriais do século XIX. Preciso retornar a eles, embora não lhes tenha grande admiração.

Penso que deixaram, também para a igreja, uma herança que não é das melhores. Mas também ainda preciso colocar a seguinte pergunta: Como é que um rei, como governante político, chegava a determinar aos cristãos a maneira de celebrarem seu culto? Em vez da separação entre religião e política, que anteriormente criticamos, deparamo-nos aqui, de repente, com a total supremacia da política sobre a religião. De onde é que o rei se arrogava o direito para tal procedimento?

A resposta é muito simples: Ele era bispo desta sua igreja. Desastradamente subsistia, desde os dias de Lutero, a união pessoal do governante político e da autoridade episcopal em todas as igrejas territoriais da Alemanha. Essa forma de organização é denominada de "episcopado supremo do senhor territorial". Já mencionei a mesma na última conferência, como uma das três causas para a circunstância de que, em lugar de comunidades capazes para a ação, surgissem no luteranismo alemão cristãos individuais despolitizados. É preciso imaginar o que isso significa: Cada um desses monarcas (que governavam absolutisticamente durante muito tempo) – cada um desses monarcas era simultaneamente o cabeça da igreja evangélica em seu Estado. A igreja, por assim dizer, lhe pertencia e – com poucas exceções, entre as quais o poeta Paul Gerhard – o governante político podia dispor da igreja e de seus pastores para a finalidade que melhor lhe conviesse.

Quando se ouve isso hoje em dia, é de parar a respiração. Como foi possível que Lutero inventasse uma construção dessas? Então, não se dava conta de que com isso os alemães evangélicos se colocavam totalmente nas mãos do seu senhor territorial? Pois isso não valia apenas para o campo político, mas também para o da formação de opinião e da religião. Dito em linguagem moderna: Todos os meios de comunicação de massas dos velhos tempos, todos os "formadores de opinião", ou seja, púlpito e cátedra, na escola e na universidade, estavam firmemente na mão do poder político. Este poder instituía não só os funcionários públicos, militares e professores, mas também os pastores e os professores de teologia.

Para Lutero, evidentemente, o episcopado supremo dos senhores territoriais era apenas uma solução de emergência. Afinal de contas, alguém tinha que determinar as coisas na emergente igreja evangélica, e além disso garantir também a remuneração dos pastores. Nos territórios em que a Reforma vencera, a organização eclesiástica católica, vigente até então, estava desativada; assim, chegou a acontecer que pastores evangélicos passavam fome, na acepção literal da palavra. Essa situação se agravava pelo fato de que agora, ao contrário do tempo em que eram sacerdotes católicos, geralmente tinham que sustentar uma família. Na verdade,

haveria dinheiro suficiente para mantê-los; afinal, aí estavam as ricas propriedades rurais dos mosteiros abandonados. No entanto, já que ninguém se sentia responsável por elas, eram não raro anexadas pelos grandes proprietários vizinhos, de modo que a igreja evangélica emergente ficou sem qualquer segurança financeira.

Alguém tinha que zelar pela ordem. Assim Lutero chegou à idéia bem simples de deixar isso por conta daqueles que estavam acostumados a governar: os senhores territoriais. Esperava ele que mais tarde, talvez, um concílio decidisse uma nova regulamentação, e os senhores territoriais voltassem a entregar a carga do governo eclesiástico. Como se fosse provável que alguém que uma vez possuísse o poder em qualquer área, o entregasse voluntariamente! E, de fato, levou 400 anos para isso acontecer. Só quando os senhores territoriais tiveram que abdicar de seu domínio político, em 1918, só então é que terminou a soberania dos senhores territoriais sobre a organização aclesiástica.

Até que isso acontecesse, porém, os governantes sabiam muito bem que instrumentos tinham em mãos para influenciar as pessoas não só política mas também espiritualmente. Já vimos isso no exemplo da música sacra no culto. Mas não foi este o único exemplo. Pouco conhecido é o fato de que no século XIX existiam até planos para uma "confirmação política", a qual teria lugar após a confirmação eclesiástica e se destinaria apenas a rapazes. Diante de um altar, ornado com as cores da pátria, deveria ser exaltada a disposição de lutar pela pátria, praticamente a disposição de se entregar à morte de herói – e isto, com 14 anos. Os planos ficaram nisso mesmo e não chegaram a ser executados. O que, no entanto, chegou a ser executado foi a influência política da juventude através do ensino religioso nas escolas, principalmente no primário e sobretudo no século XIX. Cito dois exemplos:

Na época do capitalismo florescente, do empobrecimento do proletariado e do movimento operário emergente, aqueles que dominavam a política e a economia tinham interesse em imunizar especialmente a juventude das "classes simples" contra idéias democráticas e socialistas. Sobre o papel da religião neste tocante, escreve já no início do século um dos mais importantes reformadores do ensino, Wilhelm von Humboldt, em carta dirigida ao rei: A religião faz com que os conceitos que são ensinados a uma pessoa não apenas se conservem na lembrança, mas também lancem raízes no sentimento. Cito verbalmente: "A difícil tarefa consiste em fazer com que a nação se sinta inclinada e que permaneça nessa inclinação de obedecer as leis e de dedicar-se ao senhor territorial com um amor fiel e inviolável... Uma nação, porém, só chega a esse ponto se tiver, por um lado, conceitos claros e precisos sobre seus deveres e se esses conceitos se tiverem transformado em sentimen-

tos, principalmente através da religiosidade... Em vista disso, o empenho primordial deve ir no sentido de, através de toda nação, e segundo o critério da capacidade de assimilação das diversas classes, fazer com que o sentimento se apóie unicamente sobre conceitos claros e precisos, e que os conceitos sejam arraigados em tal profundidade que se tornem visíveis na ação e no caráter, sem esquecer jamais que, para tanto, os sentimentos religiosos representam o laço mais seguro e melhor.”

Isto é, portanto, o que interessa na religião: que ela mobilize os sentimentos profundos e que estes possam ser devidamente aproveitados. Para quê? Para aqueles objetivos que pareçam desejáveis aos dominadores políticos. Se eles se colocam no sentido de Cristo, se, afinal, é compatível com a fé favorecer-se a estabilização das condições reinantes — isso não se pergunta. A religião, sim, o próprio Cristo são transformados em instrumentos para que nada se altere.

Quanto mais reconheceu, naquela época, uma mulher, que, como cristã consciente, em Hamburgo, tentou ajudar famílias de operários que estavam na miséria! Chamava-se Amalie Sieveking. (Em si, o próprio fato de uma mulher, e ainda mais uma solteira, ir simplesmente aos bairros miseráveis e procurar ajudar já era um ato subversivo e contrário a todos os costumes.) Ela percebeu muito bem que todo seu auxílio era como uma gota sobre uma pedra quente, que o esforço caritativo — que vocês diriam provavelmente assistencialista — não era suficiente. Ela escreveu expressamente que as condições econômicas como um todo teriam que mudar, mas que ela, naturalmente não poderia operar essa transformação — e ela tinha razão. Era o mesmo ano em que o chefe de secção Wilhelm von Humboldt teceu suas considerações sobre como se poderia fazer para que **nada** mudasse...

Num dos casos citados, o amor leva ao reconhecimento de que uma transformação se torna necessária; no outro caso, a “razão de estado” leva ao oposto. É o que demonstro com o segundo exemplo: Por volta do fim do século, em 1889, o Imperador Guilherme II, poucos meses após a sua entronização, emitiu um decreto referente à tarefa da escola. Aí é dito expressamente, a respeito do ensino religioso, que nessa atividade não se deveria decorar tanto pois ele teria tarefas mais importantes, quais sejam, de imunizar contra as idéias da social-democracia. Eu cito: A escola “deve empenhar-se em fazer com que já a juventude se convença de que as doutrinas da social-democracia não apenas contrariam os mandamentos divinos e a doutrina moral cristã, mas são na realidade impraticáveis e, em suas conseqüências, igualmente destrutíveis, tanto para o indivíduo quanto para o todo”.

Decorar menos, isto é, menos Bíblia, hinário e catecismo; em vez disso, mais doutrinação política. Recordemos mais uma vez, por um pouco, a doutrina de Lutero sobre os dois reinos: afinal, em qual dos reinos nos encontramos aqui? Eles deviam ser claramente separados! A que reino pertence, então, o culto e o ensino religioso? Ao que tudo indica, pertencem totalmente ao "reino do Imperador", pois ele se serve de ambos!

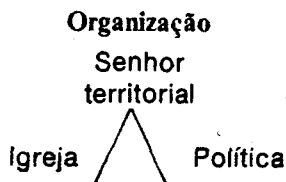
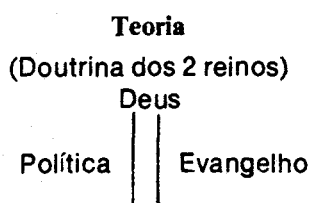
Deparamo-nos aqui com algo extremamente curioso e penso que seria bom se o considerássemos muito bem: Temos, lado a lado, uma teoria teológica, a doutrina dos dois reinos, e uma forma de organização, o episcopado supremo dos senhores territoriais, com uma distribuição real de poder. Qual dos dois elementos se articula com a maior efetividade?

Inquestionavelmente, a doutrina dos dois reinos teve efeito para "baixo", em direção da comunidade. A comunidade tomou dessa doutrina a norma de que religião e política não têm nada a ver, uma com a outra, entendendo essa norma no sentido de que ela, a comunidade, não deveria se meter em política, de que ela não teria o direito de exercer crítica, de colaborar na moldagem da coisa pública e muito menos de se rebelar. (E, de fato, os núcleos das comunidades cristãs no século XIX não revelaram o mínimo interesse pelos sindicatos emergentes e, de um modo geral, isso continua assim até hoje.) A política toda parecia ser algo reservado aos "de cima". A distribuição real de poder, porém, que originalmente deveria ser apenas uma união pessoal entre senhor territorial e bispo, ou seja, o episcopado supremo do senhor territorial, acabou levando a um ponto em que a religião e a política não só tinham a ver uma com a outra, mas em que a política engoliu a religião. E engoliu totalmente ("com a pele e os cabelos"), até para dentro do próprio culto. A comunidade não chegou sequer a perceber corretamente o que estava acontecendo, porque havia perdido a capacidade de fazer um juízo político. E chegou ao ponto de admitir o que há de mais inacreditável, isto é, um hino eclesiástico muito cantado que tinha por conteúdo a vitória da Alemanha sobre a França em 1871 (batalha de Sedan):

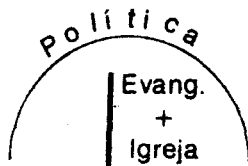
"... Do oeste partiu o monstro
para firmar seu reino em sangue e horror
Do Reno saiu, piedoso e forte,
com as multidões alemãs, o herói da pátria
e sobre ele
íam, em nuvens, os querubins
então ergueu a balança do juízo universal,
no juízo final, o Senhor da luz ..."

e deu a vitória à Alemanha – subentende-se. Uma mistura de besteira e blasfêmia que deveria ter levado a comunidade toda a sair correndo da igreja. Mas ela não reconhecia mais o que se passava.

O evangelho, porém, ao qual não se permitira ajudar a moldar o mundo, este foi, por sua vez, "moldado" pelo mundo, por ele transformado numa religião de subalternos, a ponto de se tornar quase que irreconhecível.



Realidade



Está na hora de libertar o Evangelho, e com ele a nós mesmos, a comunidade. É disso que trataremos na próxima conferência, quando daremos o segundo grande passo dessa série de palestras: alienação e libertação da Bíblia.